



1. INTRODUÇÃO

O presente relatório reporta-se à vigência do Plano de Gestão de Riscos do ano de 2018. Não obstante a aprovação formal ter ocorrido no início de outubro de 2018, as medidas foram na globalidade desenvolvidas e cumpridas ao longo do ano. Foi introduzida uma área de risco dedicada à temática da Proteção de Dados e Segurança da Informação, decorrente da aplicação do Regulamento Geral sobre Proteção de Dados, a partir de maio de 2018 e foram atualizadas algumas medidas, para as adequar às alterações legislativas.

A Comissão que elaborou o Plano integrou elementos das Comissões anteriores e elementos novos, permitindo um movimento de renovação sustentada.

O documento mantém a sua estrutura, designadamente quanto à separação dos procedimentos em gerais e específicos e quanto à avaliação de cada risco com base em princípios adotados internacionalmente, os quais são classificados em função da probabilidade da ocorrência e da gravidade da consequência, como a seguir se ilustra:

MATRIZ DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS

Probabilidade de ocorrência Gravidade da consequência	Fraca	Normal	Forte
Ваіха	Reduzido	Reduzido	Moderado
Média	Reduzido	Moderado	Elevado
Alta	Moderado	Elevado	Elevado

Fonte: adaptado de FERMA (2003)

Em termos de grau de execução, os resultados são organizados por estes níveis de risco, apresentando-se por áreas de intervenção e indicando, entre parêntesis, o número de resposta aos procedimentos por parte dos responsáveis nas unidades orgânicas e direções de serviços. Às respostas recebidas foram atribuídos três níveis de execução:

- "E" significa que o procedimento foi executado;
- "PE" significa que o procedimento foi parcialmente executado, estando em curso a sua conclusão;

 "NE" – significa que o procedimento não foi executado e, ou poderia ou deveria ter sido executado, ou existem justificações para a sua não execução devendo, neste caso, ponderarse a sua continuidade numa próxima atualização do PGR; e

As situações em que não foi possível obter resposta estão assinaladas com "NR".

O documento apresenta os resultados da monitorização do ano de 2018 e, para além desta introdução, está organizado em quatro capítulos: caraterização geral do Politécnico de Leiria, avaliação dos procedimentos de prevenção, grau de execução e evolução da implementação das medidas e são analisadas as justificações para a não execução de medidas e recomendações.

2. AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO

Neste capítulo é feita a avaliação das medidas de prevenção dos riscos identificados no PGR. Em termos gerais, considera-se que as medidas previstas foram corretas e adequadas, contribuindo para eliminar ou evitar riscos; a maioria das medidas está implementada ou em fase de implementação, devendo, sempre que se mostre necessário, ser assegurada a sua continuidade e ou atualização. A Comissão de Monitorização efetuou o controlo anual da gestão de riscos, através do questionário online e, na tabela que se apresenta de seguida, procura ilustrar a evolução da aplicação das medidas do PGR em 2018.

MEDIDAS GERAIS

MEDIDAS ADOTADAS		EXECUÇÃO		
IVIL	DIDAS ADOTADAS	E	PE	NE
1)	Transparência Cultura de transparência da gestão ao nível dos processos (via sistema de órgãos que privilegia a participação das pessoas) e da informação (divulgação e acesso).	×		
2)	Presença online Permanência, na página web do Politécnico de Leiria, de um espaço reservado à prevenção de riscos de gestão e de corrupção e infrações conexas.	×		
3)	Divulgação Envio do PGR por correio eletrónico e de um link para declaração de compromisso relativa a incompatibilidades, impedimentos e escusa.	×		
4)	Formação Promoção de formação específica conexa com a prevenção de riscos e contabilidade pública no âmbito do SNC-AP, com a responsabilidade financeira e na área da proteção de dados, face à aplicação do Regulamento Geral sobre Proteção de Dados a partir de maio de 2018	×		
5)	Auditoria financeira Verificação anual pelo GACI, com reporte ao CG, às recomendações da auditoria externa no âmbito do RJIES e da auditoria do Tribunal de Contas. Revisão de procedimentos tendo em conta os relatórios de auditoria que são divulgados, com vista à melhoria de processos.	×		
6)	Controlo interno – Politécnico de Leiria Atualização do Manual de Controlo Interno do Politécnico de Leiria e SAS.		×	

MEDIDAS ESPECÍFICAS

NÍVEL DE RISCO ELEVADO (90)		EXECUÇÃO		
		PE	N E	
Despesa (52)	39	6	7	
Pessoal (8)	7	1	0	
Receita (7)	7	0	0	
Estudantes (1)	1	0	0	
Património (22)	20	2	0	
Subtotal	74	9	7	
	82,22%	10,00%	7,78%	

NÍVEL DE DISCO MODERADO (423)	EXECUÇÃO		
NÍVEL DE RISCO MODERADO (132)		PE	N E
Despesa (23)	20	3	0
Pessoal (27)	23	3	1
Receita (29)	27	1	1
Estudantes (34)	34	0	0
Património (13	7	5	0
Proteção de Dados e Segurança da Informação (7)	7	0	0
Subtotal	118	12	2
	89,39%	9,09%	1,52%

NÍVEL DE RISCO FRACO (40)		EXECUÇÃO		
		PE	NE	
Despesa (3)	2	1	0	
Receita (1)	1	0	0	
Estudantes (35)	34	0	1	
Património (1)	1	0	0	
Proteção de dados e Segurança da Informação (7)	0	0	0	
Subtotal	38	1	1	
	95,00%	2,50%	2,50%	

Nota: Todas as medidas de verificação realizadas pelos serviços indicados no presente relatório são suportadas por prova documental, indicando o número da medida objeto de procedimento e o responsável pelo mesmo.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

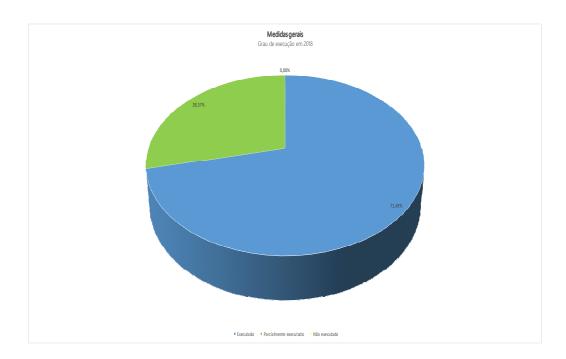
De acordo com as informações validadas, a Comissão de Monitorização tem a convicção de que o universo Politécnico de Leiria adotou o PGR como prática de gestão responsável.

A persistência de impedimentos pontuais no aumento das taxas de cumprimento de alguns procedimentos deve-se, fundamentalmente, às dificuldades na alocação de recursos humanos e na afetação de recursos financeiros.

3.1. MEDIDAS GERAIS

A execução das medidas gerais apresenta a seguinte distribuição final:

- 71,43% Executado.
- 28,57% Parcialmente executado.

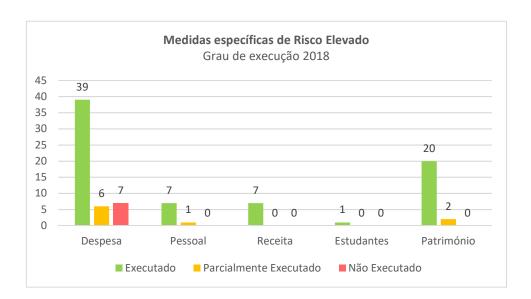


As medidas gerais que se encontram parcialmente executadas são:

- Medida 6 Controlo interno Politécnico de Leiria Atualização do Manual de Controlo Interno do Politécnico de Leiria e do SAS:
 - Politécnico de Leiria Aguarda a verificação dos procedimentos pela Direção de Serviços Financeiros.
 - SAS Atualizados os Procedimentos constantes do Manual de Procedimentos e Controlo Interno com exceção da secção referente ao Setor Financeiro (SF).

3.2. MEDIDAS ESPECÍFICAS - RISCO ELEVADO

Em 2018, a execução das medidas específicas com <u>nível de risco elevado</u> apresenta os seguintes resultados:



As medidas não executadas foram as seguintes:

- Medida 3.2: Maior exigência na planificação das atividades com adequada antecedência.
- Medida 3.3: Formação na área do planeamento.
- Medida 3.4: Adoção do módulo de gestão de stocks do GIAF em todas as unidades orgânicas

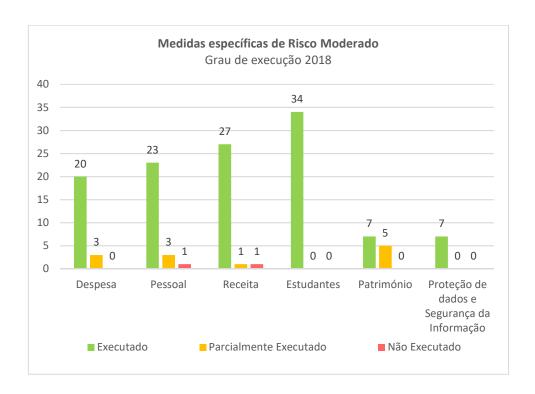
Constata-se, assim:

- Falta de planeamento global de algumas atividades;
- Falta de formação transversal em algumas áreas do planeamento;
- Falta de formação no módulo de gestão de stocks do GIAF, em alguns setores.
- Medida 3.5 Criação de um Regulamento de edição de livros, que inclua regras de venda de livros à consignação.

O serviço responsável indicou que a proposta de regulamento de edição de livros elaborada pela DSJ será alvo de análise pela DSF.

3.3. MEDIDAS ESPECÍFICAS - RISCO MODERADO

Em 2018, a execução das medidas específicas com nível de risco moderado apresenta os seguintes resultados:



As medidas não executadas foram as seguintes:

- Medida 10.1 Nomeação de júris diferenciados para cada concurso, com convite preferencial a pelo menos um membro do júri e/ou especialista externo à UO nos concursos de pessoal docente e não docente e de bolseiros.
- Medida 26.1 Vendas de merchandising e livros
 A medida foi executada por alguns setores, existindo outros em que a mesma se encontra ainda em desenvolvimento.

3.4. MEDIDAS ESPECÍFICAS - RISCO FRACO

Em 2018, a execução das medidas específicas com nível de risco fraco apresenta os seguintes resultados:



A medida por executar refere-se à atribuição de bolsas de estudo e outros benefícios sociais:

Medida 37.1 – realização de 10 visitas domiciliárias.

4. RECOMENDAÇÕES

Uma vez que a equipa que elaborou o Plano de Gestão de Riscos para o ano de 2018 e para o biénio de 2019/2020 se manteve idêntica, as propostas de melhoria a implementar para o novo biénio foram devidamente inseridas neste novo Plano, que reflete as propostas resultantes do trabalho de monitorização do PGR 2018 e as sugestões da discussão promovida com todos os intervenientes neste processo, numa perspetiva de melhoria contínua.

A implementação do PGR que decorreu no ano 2018, e a sua consequente análise e avaliação, permite afirmar que, em termos gerais, as medidas preventivas contempladas no PGR se adequam à prevenção e eliminação de situações de risco identificadas, incluindo as alterações legais no âmbito da Proteção de Dados. Verifica-se que a grande maioria das medidas se encontra executada ou em execução.

Considerando as alterações mais relevantes no ambiente legislativo e os resultados do processo de monitorização no biénio, contempladas quer no relatório de 2016/2017, quer no presente relatório, a Comissão de Monitorização sugere ao Conselho de Gestão do Politécnico de Leiria a adoção das seguintes recomendações:

- Reconhecimento de novos fatores de risco, dando continuidade ao trabalho realizado na temática da proteção de dados pessoais, que atualmente é uma preocupação crescentemente relevante em termos de transparência.
- Reforço do planeamento global de atividades.
- Formação transversal na área do planeamento;
- Formação no módulo de gestão de stocks do GIAF;
- Em 2019, o PGR continuar a revelar-se um plano claro, objetivo e acessível e materializar a gestão do risco como conjunto de atividades coordenadas para dirigir e controlar a organização no que se refere ao risco.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO	3
3. ANÁLISE DOS RESULTADOS	5
3.1. MEDIDAS GERAIS	5
3.2. MEDIDAS ESPECÍFICAS – RISCO ELEVADO	6
3.3. MEDIDAS ESPECÍFICAS – RISCO MODERADO	7
3.4. MEDIDAS ESPECÍFICAS – RISCO FRACO	8
4. RECOMENDAÇÕES	9
ÍNDICE	10
FICHA TÉCNICA	11

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Relatório anual | 2018

(Monitorização do Plano de Gestão de Riscos do Politécnico de Leiria e Serviços de Ação Social, 2018)

COMISSÃO DE MONITORIZAÇÃO

Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho, Professor Adjunto, ESTG, que coordena

Ana Cristina Mota Câmara, Técnico Superior da DSF

Ana Maria Pratas dos Reis, Coordenadora do Gabinete de Proteção de Dados

Andreia Filipa de Sousa Machado Inácio Fidalgo, Diretora de Serviços da ESAD.CR

António José Simões, Técnico Superior - GACI

Célia Cristina Pereira Ferreira - Técnico Superior da DSF

Eugénia Maria Lucas Ribeiro, Administradora

Filipe Miguel Diogo Neto, Dirigente dos Serviços Financeiros dos SAS

Isabel Maria Paraíso Faria Lopes, Diretora da Direção dos Serviços Académicos

CAPA E GRAFISMO

UED, Joana Pimparel Mineiro



